



JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS

ATO Nº 36/2023

ATO Nº

JUSTIÇA FEDERAL DE ALAGOAS

Disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico nesta data.

Maceió/AL: **28/12/2023**

Nos termos do Art. 3, caput, da Resolução nº 29/2011 do TRF5, considera-se publicado no dia útil imediatamente posterior ao da disponibilização.

O Juiz Federal GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES, Presidente da Comissão Examinadora do Concurso de Artigos Científicos sobre Direitos Fundamentais de 2023, no uso de suas atribuições legais conferidas através da Portaria nº 261/2023 – DF/JF/AL, de 26 setembro de 2023 9PA nº 0002944-24.2023.4.05.7200)

I – **DIVULGAR** o RESULTADO FINAL do Concurso de Artigos Científicos sobre Direitos Fundamentais de 2023.

a) CATEGORIA ESTUDANTE

CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR (representante da equipe de co-autores)	PONTUAÇÃO MÉDIA
1º	O Cortiço: Um Estudo Do Retrato Do Não Cumprimento Do Direito À Igualdade Em Um Brasil Do Passado E Do Presente	Isabelle Stephany Dantas de Vasconcelos	97,5
2º	A (In) Constitucionalidade Do Regime De Separação Obrigatória De Bens Para Maiores De 70 Anos De Idade	Suêllen da Silva Souza	77,5
3º	Os Direitos Fundamentais Das Pessoas Com Deficiência: Uma Análise Aplicada Ao Turismo	Cybelle Freire Aires	70

b) CATEGORIA PROFISSIONAL

CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR (ou representante)	PONTUAÇÃO MÉDIA
1º	Execução Antecipada da Pena: Inflexões Argumentativas na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	Guilherme Gomes Vieira	95
2º	Cidadania Indígena, Decolonialidade E Estado Pluriétnico	Hugo Leonardo Rodrigues Santos	87,5
3º	O Ativismo Judicial do STF No Reconhecimento das Relações Homoafetivas: Uma Análise Descritiva Quanto à Possibilidade de Adoção De Emenda Constitucional Em Substituição Ao Ativismo Judicial	Cristiane Reis De Amorim Basilio	85
3º	O uso de bancos de dados biométricos civis em investigações criminais: possíveis avanços à luz de direitos e garantias fundamentais	Natalie Alves Lima	85
4º	Justiça Fiscal E Direitos Fundamentais: O Papel da Despesa Pública na Redução Das Desigualdades Sociais	Priscila Emanuele Falcão de Oliveira Menezes	83,3
5º	A (In)Alienação Dos Imóveis Conceituados Como Presumidos Próprios E Presumidos De Marinha No Estado De Alagoas	Manoela Ferreira de Omena	82,5
6º	Revolução Digital E Suas Implicações No Direito Moderno: Podemos Considerar O Acesso À Internet Como Um Direito Fundamental No Brasil?	Lucas Marques Coutinho	80
7º	Caso Mariana Ferrer: Da (Re)Vitimização No Deslindamento Penal Em Crime Contra A Dignidade Sexual	Lucas dos Santos Andrade	78,3

II – Os autores, ou representantes dos autores, classificados até a 3ª colocação devem encaminhar até 15/01/2024 seus dados bancários (banco, número de agência e número de conta) para o e-mail esmafe.al@jfal.jus.br.



Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO DE MENDONÇA GOMES, JUIZ FEDERAL/ JUDICIÁRIA**, em 27/12/2023, às 17:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4020528** e o código CRC **057BE00E**.